

CAOS

Transporte ferroviário de Corumbá a Bauru pode parar dia 22

ALL demitiu 100 funcionários e estuda desativar o trecho

ROSANA SIQUEIRA

A fusão bilionária da Rumo com a América Latina Logística (ALL) pode ocasionar o fim do transporte de cargas em cerca de 1,2 mil quilômetros de ferrovia em Mato Grosso do Sul. O alerta é do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru e MS, o qual aponta que, nas últimas semanas, mais de 100 trabalhadores da concessionária foram demitidos e transferidos para outras malhas ferroviárias.

As demissões aconteceram maciçamente no dia 12 deste mês e ainda continuarão pelo decorrer de maio. O mesmo tempo, o transporte ferroviário no Estado se aproxima do fim, com a circulação do último trem, Bauru a Corumbá, no dia 22 deste mês.

O corte de funcionários é apenas mais um capítulo da novela que teve início com a desativação do transporte de

minério no ano passado, redução nos vagões de combustível e quase inexistência de transporte de grãos. Atualmente, o volume mais expressivo de produtos é de celulose, que sai das fábricas de Três Lagoas rumo ao Porto de Santos.

Neste ano, a média de movimentação, segundo o sindicato, é de dois trens diários de Maria Coelho a Porto Esperança (minério de ferro); um semanal com produtos de exportação para Bolívia; dois por semana de Paulínia (SP) a Campo Grande (derivados de petróleo); e quatro trens, por semana, de Três Lagoas a Bauru, com celulose. Este último trecho, saindo de Três Lagoas, seria o único a ser mantido pela ALL.

Segundo o diretor do sindicato dos Ferroviários, Evanildo da Silva, quando a fusão ocorreu, a empresa garantiu que faria um estudo de viabilidade da ferrovia em MS, com previsão de investimentos na



GERSON OLIVEIRA/ARQUIVO

SEM MOVIMENTO. Desde o ano passado, transporte pela malha ferroviária do Estado caiu significativamente e pode chegar ao fim

malha. Mas nada aconteceu. “Nos últimos dois meses, começaram as demissões e a paralisação de trens de combustíveis, e temos o temor que se faça um desmonte do sistema ferroviário na malha que liga Corumbá a Bauru”, denuncia.

Silva alega que a situação é caótica e destaca que, ao longo de 19 anos, os trabalhadores ferroviários e os usuários do transporte de cargas sofreram todo tipo de prejuízos e ilegalidades praticados pelos gestores da empresa.

“O governo tem que tomar uma atitude enérgica contra essas concessionárias. A ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres] está servindo aos interesses das empresas e não aos dos trabalhadores. Se continuar assim, em pouco tempo acontecerá em MS o mesmo que ocorreu no Nordeste, com 80% da ma-

lha ferrovia abandonada pelas concessionárias.”

Diante do cenário, o presidente do sindicato diz que, na terça-feira (19), vai à Assembleia Legislativa para pedir apoio dos deputados estaduais. “Já pedimos providências ao governador Reinaldo Azambuja, à bancada federal e aos senadores, para que intercedam e evitem o fim do transporte ferroviário em MS”, finalizou.

500

FUNCIONÁRIOS
Trabalhavam na
ferrovia em Mato
Grosso do Sul. As
demissões representam
aproximadamente 20%
do quadro funcional

PROVIDÊNCIAS

O governador do Estado, Reinaldo Azambuja, preocupado com a situação, já enviou ofícios pedindo esclarecimentos ao Cade, sobre o teor de como foi feita a concessão, à ANTT e para a presidência da ALL. Segundo o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Jaime Verruck, a desativação deste trecho da ferrovia é imprescindível dentro do plano logístico do Estado. “Isso poderia trazer problemas de desabastecimento e no escoamento da produção. O governo não vai permitir a desativação”, frisou.

Verruck frisa que, no fim do mês, o governador terá reunião com a presidência da Rumo para discutir quais os investimentos a serem feitos no Estado, principalmente para o trecho que liga Corumbá a

Bauru e que passa por Três Lagoas, região produtora de celulose.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a concessionária informou que houve a necessidade de um ajuste em suas operações da métrica norte, envolvendo as áreas de mecânica e tração. No entanto, “a companhia ressaltou que ofereceu aos funcionários um pacote demissional, além das verbas rescisórias de lei, inclusive com cursos de capacitação, reciclagem técnica e consultoria para recolocação profissional. Por fim, a empresa esclarece que suas operações dependem da demanda de mercado e que mantém uma comunicação transparente com os funcionários sobre suas diretrizes”.

LEILÕES

Valorização no preço do bezerro chega a 28% em MS

O preço do bezerro atingiu novo recorde em abril deste ano, cotado a R\$ 1.438,13 em MS, valorização de 28% em comparação com o mesmo período do ano passado. Com isso, criadores aproveitam o momento para comercialização em grande escala. Analisando as

cotações dos últimos meses, cerca de 20 criadores se uniram para disponibilizar ao mercado de recria cerca de 1,5 mil bezerras e bezerras, apostando na comercialização por meio de leilões. Os leilões acontecem em Camapuã, no dia 20, e no dia 25 em Campo Grande.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ministério da Previdência Social

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM CAMPO GRANDE/MS

EDITAL DE RECURSO

Considerando a não manifestação dentro do período de prazo do ofício de defesa 135/APSCOX/2014 e, em cumprimento ao disposto no art. 305 do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto 3.048, de 6/5/99, facultamos aos interessados abaixo relacionada o prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste edital, para recorrer. Informamos que o dossiê relativo ao assunto comunicado encontra-se na Agência da Previdência Social em Coxim para vistas se assim desejar.

Nome da beneficiária	Nº do benefício
José Vanês da Silva	87/554.129.914-0

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ministério da Previdência Social

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM DOURADOS/MS

EDITAL DE COBRANÇA

Considerando a não devolução do comprovante do ofício de cobrança pela Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos e em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei nº 10.666, de 8/5/2003 e no art. 154 do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto 3.048, de 6/5/99, facultamos aos senhores abaixo relacionados o prazo de 30 dias, a contar da publicação deste edital, para se manifestar sobre o ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos indevidamente no respectivo benefício, na Agência da Previdência Social de Bataguassu-MS onde era mantido o benefício. Alertamos que o não ressarcimento dos valores será objeto de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial, com possibilidade de inclusão do nome do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

VIVIAN APARECIDA BRESSAN NOGUEIRA – Benefício NB.80/140520837-3 – Valor: R\$ 845,78

ENERGIA

Consumidores pagaram R\$ 2,4 bi com bandeiras

COM AGÊNCIAS

O consumo de energia no Brasil ficou R\$ 2,4 bilhões mais caro, no primeiro trimestre deste ano, em razão da adoção do sistema de bandeiras tarifárias pelo governo federal. A arrecadação das distribuidoras vem em trajetória crescente desde o início do ano. Em janeiro, as bandeiras tarifárias geraram uma despesa adicional de R\$ 413,9 milhões por parte dos consumidores. Esse montante subiu para R\$ 823,1 milhões em fevereiro e alcançou R\$ 1,159 bilhão em março, de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A elevação reflete o consumo de energia e o reajuste aprovado pela agência reguladora a partir de março. Em janeiro, quando o sistema começou a ser aplicado, o cliente pagava R\$ 3,00 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos nos meses em que o sistema operasse com a bandeira vermelha. No caso da bandeira amarela, o valor era de R\$ 1,50 para cada 100 kWh.

Mas, em março, o valor foi reajustado para R\$ 5,50 por 100 kWh na bandeira vermelha e R\$ 2,50 por 100 kWh na bandeira amarela. Como desde o início do ano a bandeira acionada pela Aneel é a vermelha, o consumidor está pagando pelo valor adicional cheio.

O sistema de bandeiras tarifárias tem como objetivo aler-



VALDENIR REZENDE/ARQUIVO

SISTEMA. Bandeira tarifária vermelha continua nas contas dos consumidores e eleva gastos

tar o consumidor para o custo de geração de energia no País no respectivo mês, além de dividir com ele essa despesa. A conta mais salgada paga pelos consumidores beneficia as distribuidoras, responsáveis pelo fornecimento de energia ao consumidor final, e compradoras de energia junto às geradoras.

Com as bandeiras tarifárias, a receita das distribuidoras é inflada de modo a evitar que o setor volte a precisar de recursos externos, assim como ocorreu principalmente em 2014. Diante do descasamento entre a elevação dos preços da energia e o cronograma dos reajustes anuais das distribui-

doras, o setor precisou de R\$ 21,2 bilhões em empréstimos bancários para fazer frente às despesas mais elevadas.

Neste ano, o custo mais alto da energia, explicado principalmente pela falta de chuvas e pela necessidade de acionamento de térmicas, já é compensado a cada mês pelas bandeiras tarifárias. A própria distribuidora fica com a maior parte dos recursos adicionais oriundos do sistema. Distribuidoras que não obtêm volume condizente com suas necessidades são atendidas pela Conta Bandeiras, gerenciada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

No mês passado, a Con-

ta Bandeiras recebeu R\$ 218,86 milhões de 38 distribuidoras. O volume excedente foi destinado a 21 distribuidoras que arrecadaram aquém das necessidades, informou a CCEE, na quarta-feira.

Este foi o maior montante já destinado à Conta Bandeiras desde o início de ano. Em janeiro, a conta recebeu R\$ 95,94 milhões de 38 distribuidoras. Em fevereiro, foram aportados R\$ 170,98 milhões na conta, recebidos por 37 distribuidoras. Os recursos foram direcionados para 20 e 22 distribuidoras, respectivamente.